

URUGUAIANA: SUAS FRONTEIRAS E SUA IDENTIDADE

Ronaldo Bernardino Colvero¹
Edson Romário Paniagua²
Davide Carbonai³

Resumo: Este artigo tem como objetivo situar Uruguaiana frente às questões da história local e regional, analisando as questões relativas dentro do contexto econômico na Bacia do Prata, bem como a necessidade de sua criação para fins militares, fiscais e de defesa do território. Para tal, analisamos o papel do índio e do negro escravo na história da ocupação e na identidade gaúcha local. Outro sim, destacamos o comércio lícito e ilícito na fronteira e sua importância econômica no período, bem como as peculiaridades da guarda de uma região de fronteira.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, fronteira, identidade, território.

Abstract: This article presents Uruguaiana forward to issues of regional and local history, analyzing the questions within the economic context in the "Bacia do Prata", as well as the need for its creation for military, fiscal and defense territory. For this, we bring role of the Indian and black slaves in the history of occupation and local identity. Finally, highlight the licit and illicit trade at the border and its economic importance in the period, as well as the peculiarities of the guard a frontier region.

Keywords: economic development, frontier, identity, territory.

O Território Rio-Grandense: A Ocupação

Durante o século XVII os holandeses que ocupavam o nordeste brasileiro e algumas regiões da África abundante em mão-de-obra negra, forçaram os portugueses, no Brasil, irem em direção ao sul a fim de aprisionar o gentio⁴ (QUEVEDO, 1999, p.104), que estava reduzido nas missões jesuíticas situadas na região de Itatins e Guairá, à margem esquerda do rio Paranapanema, desde 1607, fundadas pelos missionários da Companhia de Jesus.

Os jesuítas tinham o intuito de reduzir o índio para “convertê-lo à fé cristã, livrando-o de sua cultura pagã que era considerada como obra do diabo” (FLORES, 1997), servindo também como “remissão dos pecados, dessa forma o fim maior da evangelização se confirmava para alcançar de Nosso Senhor uma grande estima da gloriosa empresa que lhes confiou, e fazer-se instrumentos aptos seus para a conversão de tantos fiéis.” (BOLLO *apud* QUEVEDO, 1999, p. 107). Segundo Mário Maestri, “o projeto jesuítico era o mesmo para

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa campus São Borja (UNIPAMPA), e Professor Titular do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPEL. Doutor em História pela PUCRS. rbcolvero@gmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa campus São Borja (UNIPAMPA). Doutor em História pela UNISINOS. edsonpaniagua@unipampa.edu.br

³ Professor Adjunto da Universidade Federal do Pampa campus São Borja (UNIPAMPA). Doutor em Sociologia Econômica pela Universidade di Teramo. davide.carbonai@gmail.com

⁴ O gentio é um termo que faz parte exclusivamente da tradição judaico-cristã e serve para indicar todos aqueles que professam religiões não monoteístas, geralmente profanas, se fundamentando na oposição entre “povo eleito” e os demais povos.

todo o novo mundo. Reunir em uma aldeia diversas comunidades nativas, submetê-las à autoridade colonial e convertê-las ao cristianismo e ao que se considerava como civilização” (MAESTRI, 2000). Assim se estabeleceram na região do atual Paraguai, chamada de Guairá àquela época.

São Paulo, com essas incursões conhecidas como entradas e bandeiras, tornou-se uma área especializada no aprisionamento e venda de gentios, mas ao contrário do que se pensava antes, este não ia para a região açucareira como mão-de-obra escrava. Segundo estudos de John Bossy, este ficava na própria província de São Vicente como mão-de-obra nas fazendas.

Segundo Júlio Quevedo e José Tamanquevis,

O Jesuíta representava uma ameaça, pois disputava a mão-de-obra indígena; os luso-brasileiros queriam escravizá-los, enquanto os jesuítas queriam cristianizá-los e especializá-los em uma profissão para a auto-defesa (QUEVEDO; TAMANQUEVIS, 1995, p.16).

Com o ataque dos luso-brasileiros, os jesuítas se viram obrigados a migrar para o sul, penetrando em território rio-grandense em 1626, na chamada zona do “Tape”⁵. A partir daí fundaram reduções, e essas penetrações em território rio-grandense se deram sob bandeira espanhola.

Tanto as reduções do Tape como, mais tarde, os Sete Povos das Missões faziam parte do sistema colonial espanhol que tinha por interesse um agrupamento indígena dentro dos princípios cristãos, impondo ao índio uma doutrina sem aceitação própria. Mesmo assim, as reduções representavam para os índios a possibilidade de não serem escravizados, tanto pelos encomendeiros espanhóis, quanto pelos luso-brasileiros de São Vicente. Nas reduções “os jesuítas procuravam exercer esse papel ao “pé da letra”, posto que missão significa “missio”, o encargo, o ato de mandar, onde o missionário exercia papel fundamental no encargo de doutrinar o índio Cristão” (QUEVEDO, 2000, p. 92).

Conforme relatos do padre Roque, referente à região do Tape, deixa claro que o índio por vezes resistia ao processo reducional. Dificultando, em certos momentos o trabalho do jesuíta pois, “no período reducional os missionários defrontaram-se com muitas adversidades,

⁵ Ver mais em PESAVENTO (1997). Tape era a área que se estendia pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado dos contrafortes das Serras do Mar e Geral e com o Rio Uruguai, por outro.

tanto internas (sublevações indígenas, ação de animais ferozes) quanto externas (o encomendero espanhol e as bandeiras escravistas)” (QUEVEDO, 2000, p. 80).

O ano de 1635 é marcado por um desastroso incidente: iniciam-se os ataques às reduções do Tape, chefiado por Raposo Tavares. Em contrapartida, a ameaça externa fazia com que os padres da Companhia de Jesus percebessem a necessidade de se organizar para o combate, que no caso era concebido como uma Guerra Santa.

A partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento, e o retorno dos Jesuítas ao local de suas antigas reduções, deixava clara que as Nações Ibéricas estavam interessadas de permanecer definitivamente nesta região, iniciando assim um processo de conflito político, militar, econômico, religioso. O objetivo luso era intervir no comércio espanhol, pois vinha sofrendo duras perdas desde 1640, quando do término da União Ibérica.

A partir de 1640, o contrabando tem uma ascensão na região do Prata, onde os portugueses através da Colônia do Santíssimo Sacramento, tinham um comércio intenso de manufaturas, principalmente inglesas, o que vai deixar os espanhóis desgostosos e em 1680 vão atacar o reduto português, porque os índios acreditavam que a região pertencia aos domínios espanhóis, e portanto, ao seu rei.

Conforme Quevedo e Tamanquevis, “em agosto de 1680, os índios missionários atacaram o reduto, sobrando poucos sobreviventes” (QUEVEDO, 1995, p. 18). Com isso, os portugueses ameaçaram guerrear com a Espanha, resultando no Tratado Provisório de 1681, onde a Colônia foi devolvida aos portugueses.

A partir do século XVIII, as reduções em território rio-grandense estavam organizadas economicamente, politicamente e culturalmente, de uma forma independente da lusitana ou, até mesmo da espanhola, iniciando um processo de expansão territorial rumo ao sul.

O retorno dos Jesuítas para a região do Tape em 1682 se deu principalmente, pela ameaça sofrida pela Coroa Espanhola, que estava aos poucos perdendo território para a Coroa Portuguesa, que havia ordenado os lusos a migrarem para o sul, para o que depois do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, será conhecido como “Campos Neutrais”. Nada mais eram que terras onde não haviam nem espanhóis, nem portugueses e onde estava situada a Vacaria do Mar, que conduziu essa atração do luso-brasileiro para a região. Aí estavam as reses que

foram trazidas pelos espanhóis da primeira tentativa de redução dos índios, e que ficaram soltas, selvagens, depois da migração destes para o outro lado do rio Uruguai.

Em 1737, como centro da irradiação dos lusos provenientes da Colônia do Sacramento, principalmente os contrabandistas, foi fundada na região da atual cidade de Rio Grande, o Forte Jesus-Maria-José. “A expansão portuguesa preocupava sobremaneira os missionários. Na correspondências dos jesuítas da década de 1740, sobressai a preocupação com a presença portuguesa e a missão dos povoados de defender a fronteira espanhola na Zona do Rio da Prata...” (QUEVEDO, 1995, p. 152), nota-se aí, uma tentativa de que os índios criassem uma identidade espanhola para defender os interesses da Coroa de Espanha, com ênfase no resguardo da fronteira espanhola.

Segundo Sandra Pesavento, as Missões eram

unidades economicamente desenvolvidas, praticamente autônomas, exportando para a Europa, enviando tributos ao Geral de Companhia, em Roma, com influência política dentro dos Estados Católicos da Europa, a Companhia de Jesus tornou-se pouco a pouco uma ameaça. Generalizou-se o boato de que a ordem jesuíta se constituía num “Estado dentro do Estado” e que os padres estariam com intenção de fundar um “Império Teocrático na América (PESAVENTO, 1997, p. 12).

Mas, contrapondo isto, Mário Maestri afirma, em *História do Rio Grande do Sul: a ocupação do território* que

Jamais houve projeto jesuítico de construção de um reino teocrático-cristão nas Américas – Império Universal. Após algumas décadas, quando as comunidades nativas estavam estabilizadas, elas transformavam-se em doutrinas, ficando sob a autoridade eclesiástica dos bispos e, portanto, das Coroas Ibéricas, responsáveis pela administração religiosa nas colônias (MAESTRI, 2000, p. 61)

Neste período as condições de diálogo entre os espanhóis, os luso-brasileiros e os guarani-missioneiros na região do Prata encontrava-se em situação de abalo, quase que insustentável, pois tínhamos espionagem, táticas, armamentos, avanços, retrocessos, roubo ou pilhagem de gado, contrabando, eram elementos rotineiros no processo de expansão e ocupação da região. Enquanto que na Europa os vassalos das Coroas de Portugal e Espanha disputavam as terras por meio de lutas, nos meios políticos existia uma grande troca de acusações, que derivavam da expansão ibérica pela América e ocupação de regiões desconhecidas, baseando-se no Tratado de Tordesilhas que não definia limites de fronteira.

A partir deste contexto é que os monarcas das duas Coroas irão assinar em 1750 um novo tratado, com objetivos políticos, econômicos e geográficos, o Tratado de Madri⁶, sendo uma “zona economicamente rica e constituindo ameaça política à segurança das monarquias ibéricas, a região dos Sete Povos foi colocada em pauta nas disposições do Tratado de Madri...” (PESAVENTO, 1997, p. 12).

No setor econômico, as Missões possuíam papel importante dentro do Estado Espanhol na América, pois exportavam grande quantidade de produtos inclusive para a Europa. Os índios reduzidos industrializavam a erva-mate e tinham uma colheita farta. Eles possuíam duas formas de trabalho com a terra, TUPÃ-BAÉ, que nada mais era do que as terras de Deus, onde eles trabalhavam comunitariamente por um período reduzido, e o que era colhido revertia-se para a comunidade. O segundo tipo de exploração da terra era o ABAN-BAÉ, que eram terras de uso próprio de cada família indígena, mas que não era melhor explorado devido à falta de tempo e energia suficiente para o trabalho.

A terra era, como todos os outros meios de produção da comunidade formada pelos padres, representantes da Coroa e de Deus. Os índios por consequência, defendiam esta terra e a bandeira castelhana. Outro processo econômico que teve grande expansão devido às Missões era a criação do gado que havia sido trazido já em 1555, pelos irmãos Góis e que depois foi conduzido até o Peru. Em 1634, então, na primeira tentativa da redução dos índios, os jesuítas trouxeram o gado da outra margem do rio Uruguai, que devido ao seu retorno, ficaram soltos, tornando-se mais tarde o principal atrativo para os bandeirantes de São Paulo, e espanhóis da região do Prata.

Politicamente, os indígenas reduzidos estavam organizados de uma forma que os convencesse de que realmente participavam da administração das reduções, pois, segundo Júlio Quevedo, “a Missão representava a ampliação política do Estado espanhol na Zona do Prata, avançando até onde o governo não conseguia chegar” (QUEVEDO, 1995, p. 130).

Portanto,

⁶ O tratado continha três artigos fundamentais para a redefinição do espaço, que objetivavam reduzir o contrabando, criar uma zona neutra e fortalecer o equilíbrio entre as duas nações ibéricas e seus domínios. Ainda segundo o tratado, caberia à Espanha a zona portuária do Prata, enquanto Portugal dominaria o interior e grande parte da hidrografia. O tratado também redimensionou a função e o espaço das Missões na região, inserindo-as na zona neutra como elemento mantenedor da fronteira. O papel beligerante de Sete Povos foi bastante reduzido em função do propalado equilíbrio, sendo entregues aos luso-brasileiros.

o fato de o território sulino não mostrar maior atrativo econômico, que tornasse possível o seu enquadramento nos moldes mercantilistas adotados pela economia da época, e a sua própria distância física do centro administrativo da colônia confinaram-no a um isolamento que só seria rompido mais de dois séculos depois de 1500.

Se o Rio Grande do Sul não atraiu, nos primeiros tempos, o olhar do colonizador, logo depois, colocar-se-ia numa posição de importância, se não econômico-política, pelo menos estratégico-militar. (RECKIZIEGEL, 1999, p. 12).

A partir daí, o principal objetivo dos portugueses era a conquista das terras que levassem até a região do Prata, justificando-se através do *uti possidetis* da terra.

No momento em que isso ocorre

a região sulina iria adquirir relativo significado econômico em decorrência das necessidades do centro do país durante o período minerador, especificamente no que tangia à apropriação do gado, e serviria de alimento e meio de transporte para aquela zona; também no que se referia à estreita vigilância sobre a atividade comercial desenvolvida pelo porto de Buenos Aires, que resultou na fundação da Colônia do Sacramento, ponta-de-lança das ambições portuguesas sobre a bacia do Prata (RECKIZIEGEL, 1999, p. 13).

A Criação do Povoado de Uruguaiana

Os primeiros relatos foram deixados pelos viajantes franceses que descreveram em seus diários as mais diversas situações que passaram nesta região. Podemos encontrar nos escritos de Auguste de Saint-Hilaire, em 1821 as primeiras identificações desta localidade, onde descreve uma região pouco habitada, com grande dificuldade de deslocamento, já se encontrando acampamentos, que não passavam de barracas feitas de couro ou ranchos cobertos de capim santa-fé ocupados por portugueses, espanhóis ou índios, ou seja, neste momento não se tem uma definição de limites de fronteiras nesta região, e isto facilita a ocupação das terras.

O limite ao sul era com o rio Quarai e a oeste o rio Uruguai, onde na década de 1820 identificou-se o vau ou passo de Santana, local onde havia uma guarda portuguesa que formava um acampamento militar de pequeno porte, mas que já tinha objetivos de impedir a penetração no território sulino de mercadorias, bem como de uma possível invasão militar espanhola. Não se pode deixar de citar a existência de índios e espanhóis que andavam por esta região.

Raul Pont, no primeiro volume de Campos Realengos, fala sobre a visita de Saint-Hilaire à região dizendo que

Os arranchamentos de Santana Velha, situados sobre o Vau de Santana, cinco léguas da atual cidade, na margem esquerda do Rio Uruguai, formaram o primeiro aglomerado da povoação ribeirinha, que deram causa a criação do município.

O porto de Santana Velha, próximo ao Arroio Guaraiputã, marcava o secular caminho desvendado pelos Jesuítas quando se dirigiam da povoação de Yapeyu para a Colônia do Sacramento ou para Montevideo. Era pois um itinerário forçoso à procura do mar.

Desses arranchamentos, tivemos minuciosas notícias através das viagens descritas nas Memórias do célebre naturalista Saint-Hilaire, que aí esteve acampado, precisamente em 30 de janeiro a 01 de fevereiro de 1821 (PONT, 1973, p. 12)

“No início do séc. XIX, as guerras cisplatinas de 1811-17 e 1825-28 fizeram do Rio Grande do Sul novo palco de batalhas e sangrentas disputas territoriais, em boa parcela como fruto do expansionismo luso-brasileiro” (COSTA, 1988, p. 35). Na década de 20, o Rio Grande do Sul tinha sua economia voltada a atividade criatória, tendo nas mãos dos estancieiros o poder político e militar sustentado pela economia, o que dava condições de barganharem com o governo central. “Os brasileiros roubaram da banda Oriental, durante a ocupação injusta do território dessa república, por suas tropas, mais de 4.000.000 de cabeças de gado, que eles introduziram na província do Rio Grande como o comprovam os registros de fronteira” (ISABELLE, 1983, p. 86).

Neste período são delimitadas as fronteiras, ainda que de uma maneira frágil, devido a grande extensão de terras, também as sesmarias que com as delimitações ficaram em alguns casos separadas, tudo isso incorporado à falta de um efetivo das forças militares nesta região, enfim, estas são as condições iniciais de delimitações do território com o Uruguai e com a Argentina que já tinha como marco definitivo o rio Uruguai atuando como uma fronteira natural.

Saint-Hilaire, que Isabelle chama, alias sem favor, de viajante muito sábio e justo, fez um apanhado sobre essas “províncias”, mas, na opinião de seu compatriota, não se estendeu suficientemente, e não o podia fazer, confessa o amigo do comerciante do Havre, e muito mais quando toca ao interesse econômico que oferecem as novas cidades e os novos portos, fundados há poucos anos e que crescem rapidamente. (ISABELLE, 1983, p. 86).

Fica evidente nos relatos dos viajantes franceses o interesse em não divulgar informações relativas às questões econômicas, mas salientar sempre os postos militares, as

questões de terras, a flora, fauna e outros dados que lhes convém, torna-se claro que não podemos considerar estes relatos sobre a região de Uruguaiana como sendo sempre verdadeiros ou definitivos, mas, efetivamente são percebidos como indicadores iniciais de nossa pesquisa.

Na segunda quinzena de janeiro de 1821, Auguste Saint-Hilaire tenta encontrar uma guarda de soldados que estariam acampados no local denominado vau ou passo de Santana, “há nas vizinhanças daqui uma guarda de alguns soldados destacados de Belém; devo deixar ai o vaqueano que trouxe de Quaraim e levar outro, mas infelizmente, meu guia não sabe onde fica instalada a guarda” (SAINT-HILAIRE, 1997, p. 234). No dia 01 de fevereiro de 1821, encontram o local onde a guarda deveria estar, tendo apenas barracas abandonadas e semidestruídas, e alguns homens que com a chegada do viajante escondem-se pelas matas, deduziram assim serem índios ou alguns espanhóis.

A partir 1814, as sesmarias⁷ se expandiram por esta região (FONSECA, 1983, p. 51), onde seus proprietários foram tomando posse da terra. Sabe-se que dentro destas demarcações feitas pelos proprietários das sesmarias, tínhamos índios, posseiros e tropeiros.

Devido ao intenso contrabando de gado que assolava a região, “insistente tinha sido a troca de chasques dos posseiros com o governo farrapo para que fosse criado à margem do rio Uruguai uma povoação, especialmente, diziam, para arrecadação de impostos e sede de uma guarnição” (PONT, 1973, p. 32). Os estancieiros desta região reuniram-se para determinar um local melhor, pois o Passo de Santana, quando das cheias do rio Uruguai inundava todo o povoado, dificultando assim a vida da população, onde culminou que

em outubro de 1840, entretanto sobreveio uma tremenda cheia do Rio Uruguai, que dismantelou os ranchos da povoação, inclusive o Posto Fiscal que já se havia instalado sob a direção de José Pinto Cezimbra, que exercia as funções de coletor de impostos, que eram cobrados ao gado contrabandeado. (PONT, 1973, p. 32).

Começaram, então, a discussão de onde poderia ser o melhor lugar para a definitiva ocupação da nova povoação, e três possíveis locais com possibilidades de mudar o povoado foram levantados, sendo que o local definitivo era conhecido como Capão do Tigre, situado

⁷ A unidade de medida era a légua de sesmaria (43 quilômetros quadrados), e as primeiras concessões de terra foram, em média, de 129 quilômetros quadrados cada uma. Mas a grande propriedade não é apenas característica da fronteira; de certo modo é um elemento da própria economia pecuária.

nas terras do Senhor Manuel do Couto, e assim, ficando decretada a criação da Capela do Uruguai, segundo o

Decreto nº 21. Alegrete, 24 de fevereiro de 1843 8º da Independência e da República.

Art. 1º - Fica creada, junto ao Capão do Tigre, na margem esquerda do Uruguai, uma Capela Curada com a denominação de CAPELA DO URUGUAI.

Art. 2º - A Capela do Uruguai terá por limites o Ibirocaí na sua Barra com o Ibicuí até a Barra com o Giquiquá, por esta acima seguirá a vertente a rumo do sul que confronta com outra ao mesmo rumo, que vai ao Garupa e por este abaixo até o Quarahym, seguindo este até o Uruguai e daí por este acima a feixar na referida Barra do Ibirocaí, e gozará de todas as vantagens atribuídas por às demais Capellas Curadas da República. Francisco de Sá Brito, Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça e interinamente dos do Interior o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. “Ass.” Bento Gonçalves da Silva – Francisco de Sá Brito (*in* PONT, 1973, p. 77).

Este fato, ou seja, a criação da Capela Curada do Uruguai foi noticiada no jornal farrapo Estrela do Sul, na sua edição nº 2 de 8 de março de 1843, desta forma:

ALEGRETE

Depois de hum maduro, reflectido exame, sobre o local mais conveniente para fundar-se huma Povoação na margem esquerda do Uruguay junto ao Passo de S.Anna, foi ella finalmente creada pelo Decreto de 27 de fevereiro (?) do corrente anno, que abaixo transcrevemos. A nova Povoação vai pois ser construída em huma situação formosíssima, e pelas vantagens que apresenta, revalorizará muito breve em riqueza e commercio com as mais populosas e florescentes do Estado. Tem hum magnífico porto para ancoradouro das embarcações, que podem navegar no Uruguay, com sufficiente commodidade para conter mais de cento e cincoenta. Em frente ao arroio existe o Jataity, que necessariamente está destinado para em sua margem formar-se também outra Capella; e disto resultaram sem duvidas grandes utilidades mercantis para a que foi recentemente creada. He incrível o numero de habitantes, que já estão nella se estabelecendo e construindo cazas; attrahida por tantas vantagens de todas as partes concorre huma multidão ávida de fixar lá o seu domicillio; circunstancia esta, que promete o mais rápido progresso no augmento da Povoação. Considerada por outra face a criação de nova Capella muito deve contribuir para a melhor arrecadação das rendas publicas naquelle ponto, as quaes creceram naturalmente, à proporção que sejam bem fiscalizadas, e que torne franca a navegação do Uruguay. He este pois hum estabelecimento que grandes benefícios trará ao Paiz, e que deve por consequência merecer a mais seria attenção e solicitude de parte do Governo.⁸

⁸ ESTRELA DO SUL – Transcrição obtida por cópia e gentileza do Sr. José de Almeida Collares, dos originais conservados na Biblioteca Pública de Pelotas.

Após o fim da Revolução Farroupilha, sob o governo de Patrício Corrêa da Câmara, foi assinada a Lei nº 58, de 29 de maio de 1846, elevando a então Capela do Uruguai à Vila, e recebendo, por meio desta o nome de Uruguaiana. Seus limites, como previa a Lei, foram demarcados pelo Presidente da Província em 3 de agosto de 1846.

O Crescimento Econômico, Fronteira e Identidade

O que poderíamos considerar com elemento essencial do processo de identidade latino-americana se dá sob forma muito espontânea. Esta identidade emana de manifestações previstas e que são resultantes de uma nova situação mundial e de peculiaridades próprias à região, que as diferenciam de outras, e que podem no futuro facilitar outro comportamento social, na busca de transformações. (BEYHAUT, s/d, p. 15)

Sendo Uruguaiana uma cidade de fronteira, configurava uma preocupação constante para o governo brasileiro e gaúcho por fazer limite com países que faziam parte da bacia do Prata, parecia que o perigo estava sempre eminente nesta região, obrigando assim o governo a incentivar a criação de núcleos de povoadamentos para dificultar uma possível invasão de países vizinhos.

No princípio, o gado solto pela região de campanha, com a chegada das demarcações das estâncias, a partir de 1815, inicia seu processo de desenvolvimento econômico voltada à criação de gado em propriedades de grandes extensões.

A exemplo do pays francês, região proposta por Vidal de La Blache, considerado o fundador da geografia regional clássica, a Campanha era considerada uma região no sentido de envolver uma paisagem relativamente uniforme e um "gênero de vida" específico, representado pela criação de gado em suas grandes propriedades campestres, a herança cultural lusa e espanhola e as práticas tradicionais do gaúcho (COSTA, 1988, p. 16).

O predomínio da mão-de-obra nas estâncias era indígena ou mestiça assalariada, principalmente nos trabalhos relativos à lida no campo, a mão-de-obra escrava ainda que pequena executasse os trabalhos domésticos, mas tivemos em Uruguaiana escravos que aprenderam a lida com o gado e executaram trabalhos de peões, alguns após a morte de seus proprietários receberam alforria e uma parcela de campo tornando-se assim, proprietário de terras, e por consequência criadores de gado. Sabe-se que o índio guarani tinha uma boa habilidade com cavalos, principalmente na lida de domar, por isso tornavam-se excelentes peões. “Mas foi o gaúcho livre e vago que, transitando de um lado a outro da linha divisória

tornou-se um agente vivo de interação” (FRANCO, 1992, p. 38). A formação da população de Uruguaiana inicia, com a influência dos índios que se mesclavam com os espanhóis do outro lado da fronteira, com os escravos e com os portugueses donos das sesmarias, e os que vinham trabalhar nas estâncias.

Uruguaiana possuía uma situação geográfica de fronteira privilegiada, tendo seus limites com a Argentina e o Uruguai, e estando localizada as margens do rio Uruguai, o que possibilitava o deslocamento até as duas grandes capitais da região do Prata (Buenos Aires e Montevideú).

Na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas do começo do estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir (STROHAECKER, 1998, p.41).

O comércio local inicia, fluindo pelas exportações para os países do Prata, sendo que o comércio com o restante da província, tornava-se dificultoso devido as estradas e os meios de transportes disponíveis. Houve influência direta da ação do comércio de Montevideú sobre a fronteira brasileira, pois desde muito cedo o Uruguai especializou-se neste comércio de trânsito, pois sua população era pequena, o que lhe obrigava a executar um comércio intermediário entre os países vizinhos. Executava baixas tarifas alfandegárias que serviam como ponto atrativo aos exportadores e importadores. “De outra parte, o mesmo porto de Montevideú servia de escoadouro para as exportações do oeste e sudoeste rio-grandense, do Paraguai e de algumas províncias argentinas. Até a década de vinte deste século, os saladeiros de Quaraí, Uruguaiana e Itaquí mandavam seus produtos, para o próprio Brasil, através do porto de Montevideú” (FRANCO, 1992, p. 41).

Ana Luiza Gobbi Setti Reckziegel deixa claro que quando nos “referimos ao inter-relacionamento entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, objetivamos chamar a atenção para o fato que se formou uma região na qual se reconhecem características comuns, isto é, a fronteira entre ambos os territórios foi extrapolado pela existência de uma área compartilhada desde os primórdios da ocupação lusitano-espanhola, moldada por uma história comum.” (RECKZIEGEL, 1999, p.19). Este inter-relacionamento citado, serve também para a fronteira com a Argentina, em especial aqui, objeto de nosso trabalho, a cidade de Uruguaiana, onde a fronteira não tem poder de influenciar em características culturais adquiridas durante algum

período, pois mesmo que “a presença do Estado imponha distinções marcantes entre uma parte e outra, o contato interfronteiriço pode ensejar estilos de vida semelhantes em ambos os lados, o que, algumas vezes, influi na existência de uma identidade regional singular” (RECKZIEGEL, 1999, p.19).

A partir destas afirmações conclui-se que a formação de uma identidade regional, pode e sofre influências ocasionadas pelo inter-relacionamento entre países e, no caso específico de Uruguiana, forma uma região que ultrapassa os limites determinados pela fronteira no seu caráter político, ou seja, podemos definir região “como um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução” (RECKZIEGEL, 1999, p.19).

Bordieu afirma que não existem critérios capazes de fundamentar as classificações em regiões “naturais” separadas por fronteiras “naturais”. Trata-se de representações, que podem estar embasadas em critérios objetivos, como ascendência, território, língua, religião, atividade econômica, ou subjetivos, como o sentimento de pertencimento (BARCELLOS; OLIVEIRA, 1998., p.226).

Sendo a fronteira natural, tendo o rio Uruguai no limite com a Argentina e o rio Quarai na fronteira com o Uruguai, como divisores de limites, “o limite refere-se à divisa propriamente dita, e portanto, não pode ser habitado; constitui uma marca artificial e remete diretamente ao Estado” (RECKZIEGEL, 1999, p. 13). Inicialmente tínhamos a economia voltada à pecuária extensiva, além de se especializar no comércio de trânsito, onde sua produção, que era remetida para fora de Uruguiana com destino ao centro do país ou para as exportações, tinha como destino o porto de Montevideu, escoado pelo rio Uruguai, e que mais tarde, esta navegação, seria substituída pelas estradas de ferro,

que desde logo tiveram o caráter de ferrovias de penetração, dirigindo-se decididamente para a fronteira do Brasil, onde chegaram muito antes que o fizesse a rede ferroviária brasileira. De fato, já em 1887, concluído o Ferro-Carril Noroeste del Uruguay até Barra do Quarai, e estabeleceria a famosa linha da BGS até Uruguiana (e Itaqui no ano seguinte), estas cidades ficaram diretamente ligadas a Salto e a Montevideu. (FRANCO, 1992, p. 32)

Nota-se que a fundação de um povoado, nesta localização deixava claro a preocupação das autoridades políticas com as arrecadações provenientes de impostos bem como a proteção da fronteira de uma possível invasão ou apropriação de terras por parte dos países vizinhos.

Verifica-se do estudo destes papéis, que já em 1839, existia, com acampamento militar e pôrto fiscal, um povoado a duas léguas da margem esquerda do Itapitocaí, junto ao Vau ou Passo de Santana sobre o Uruguai que, pode-se dizer, foi a origem da cidade de Uruguaiana.. (SOARES, 1942, p. 17)

A alfândega estava em São Borja, pois havia sido criada em 1836 mas só foi implantada a partir de 1845, enquanto que Uruguaiana continuava com um posto fiscal, somente a partir de 1848 é instalada a alfândega na cidade. Desde o início de seu povoamento Uruguaiana já desenvolvia suas atividades voltadas ao comércio internacional, em 1850, isto é, quatro anos após sua instalação, já exportava para o estrangeiro mercadorias que representavam valores significativos para a província.

O viajante Avé-Lallemant, em observações feitas, quando de sua passagem por Uruguaiana em 1858

é uma vila de pelo menos 2.000 habitantes, onde se manifesta, em todos os recantos, a mais viva atividade comercial. Só franceses existem mais de cem no lugar, entre eles gente de muito boa educação e irrepreensível conduta. Em Uruguaiana quase não se reconhece uma cidade brasileira, mas uma hispano-francesa, que parece apoiar-se em suas relações de vida e de comércio, mais em Buenos Aires e Montevideú, do que em Porto Alegre e Rio Grande. (SILVA, 1993, p. 67)

Até o momento não temos fontes afirmativas de como chegaram em Uruguaiana estes franceses, mas sabemos que em uma cidade do outro lado do rio Uruguai, pertencendo a Argentina, chamada de Yapeyu, aproximadamente a 50 km de distância de Uruguaiana conseguimos saber que alguns franceses haviam adquirido propriedades naquela região. Mas inicialmente em Uruguaiana eles se detiveram no comércio, criando algumas casas comerciais, e fomentando o comércio com Buenos Aires e Montevideú, que embora com pequenas oscilações, em Uruguaiana seguia uma escala ascendente no seu processo de crescimento. As exportações eram de produtos derivados da indústria pastoril, para a República Oriental do Uruguai, Argentina, Alemanha, França, Chile, Cuba, Bélgica, Inglaterra, além das praças nacionais, tais como o Rio de Janeiro, Pernambuco e outros.

Uruguaiana, por estar localizada em uma região de fronteira, com pouca fiscalização por parte do governo da província, proporcionava a prática do contrabando por “não existir, nessa época, um sistema de controle do fisco regular e efetivo. Muito contrabando se fez nesta região, vindo este, conseqüentemente, a prejudicar o desenvolvimento geral da província” (SILVA, 1993, p. 68).

Segundo Silva (1993, p. 68), o contrabando prejudicou o desenvolvimento da província enquanto que Sergio da Costa Franco, coloca o contrabando como uma ameaça econômica, mas que nunca abalaram as estruturas da prosperidade do Rio Grande do Sul. Isto nos remete a ideia de que o contrabando não bloqueou o processo de crescimento.

Neste período Uruguaiana tinha aproximadamente 39 comerciantes, que se dedicavam ao comércio de fazendas e molhados, oito ao comércio de louças, cinco de perfumaria, cinco de ferragens. Além destes, possuía três relojoeiros, três farmácias, um mercado e quatro hotéis. A desproporcionalidade na quantidade de hotéis deixa claro ser uma cidade de trânsito, tanto de pessoas quanto de um afluente comércio as vezes ilícito, praticado pelo contrabando.

A fiscalização de Uruguaiana trabalhava com muita precariedade, o que obrigou a criar uma zona para fiscalizar os contrabandos, chamado de cordão aduaneiro. Era uma linha imaginária que servia para determinar a área de atuação da fiscalização. A leste e a sul desta linha havia poucas residências, apenas algumas chácaras distantes umas das outras. Da fronteira divisória do país até essa zona que marcava finalmente a área urbana, o contrabandista podia trafegar mais ou menos livre, pernoitando em alguma chácara próxima. Pela madrugada, o comboio de carroças, atreladas com 6 a 8 cavalos, carregadas de "muamba" e bem guarnecidas por uma escolta de gaúchos montados e melhores armados com fuzis ou mosquetões, penetravam silenciosamente na cidade.

O êxito estaria num cochilo da Guarda Fiscal. Mas sua permanente vigilância fazia aos contrabandistas uma recepção pouco acolhedora. Então a penetração tinha que ser mesmo à bala.

A “antiga praça do comércio de Porto Alegre, hoje associação comercial, desde sua fundação em 1858, desenvolveu uma luta histórica contra o contrabando fronteiriço” (FRANCO, 1992, p.35), que era constante, mas tendo esta prática perdurado até os dias atuais.

A fluidez dos limites, com a conseqüente possibilidade de driblar os circuitos oficiais, pode beneficiar os habitantes da faixa de fronteira, mas existem indicadores de que o maior beneficiário é a economia dos países limítrofes. (ROCHE *apud* STROHAECKER et ali, 1998, p.44).

Quando Becker denomina “a fronteira gaúcha uma “periferia de crescimento lento”, em sua aplicação do modelo centro-periferia (em moldes funcionalistas) ao caso brasileiro, a

ênfase é dada ao processo de desenvolvimento econômico e à difusão de inovações do capitalismo” (BECKER *apud* COSTA, 1988, p.17), segundo Roche, a campanha gaúcha tem a “facilidade de comunicações, a abundância de águas, a relativa segurança das elevações do relevo, a riqueza garantida pela criação de gado fizeram dessa região natural a primeira região do Rio Grande do Sul, região geográfica perfeitamente caracterizada, onde o gênero de vida dos homens coincide com os limites naturais da vegetação” (ROCHE *apud* COSTA, 1988, p.16.), tendo como enfoque principal Uruguaiana no período de sua criação até o período de 1900 e comparando com as cidades da campanha em especial São Borja, Itaquí, Quaraí, nota - se que o crescimento não é lento, pois as exportações aumentavam ano após ano, também um aumento do comércio local, além de termos um grande número de estrangeiros na cidade.

Observa-se algo diferente do que diz Roche, pois não havia facilidade de comunicação com o restante da província, mas sim, com Montevideu e Buenos Aires. Portanto, é justificado o crescimento do comércio com estas duas capitais.

Considerações finais

A construção de um espaço de fronteira como Uruguaiana – considerado estratégico economicamente e militarmente – visava ampliar o poder do Estado quanto às questões, sobretudo, de impostos e proteção militar das áreas distantes dos grandes centros. Nessa empreitada, o papel que os povos indígenas e negros foram obrigados a desempenhar, por exemplo, com as reduções jesuíticas comandadas pelo catolicismo, foi de suma importância para garantir o poder do Estado português no território.

Entretanto, o contrabando também se desenvolveu proporcionalmente ao comércio fácil, rápido e lucrativo com o Prata. Nesse caso, várias políticas tentaram dismantlar essa rentosa relação estabelecida com diversos membros de uma sociedade que sofria com as dificuldades alfandegárias impostas pelo governo centralizado, as quais impediam muitas vezes o desenvolvimento ainda maior de uma região fundamental para a receita fazendária da província.

Para além do que era legal, o contrabando na fronteira também serviu para forjar a identidade daquela área. Ou seja, Uruguaiana teve e tem, ainda, traços da sua fundação também calcadas nas disputas por mercadorias e renúncias ao fisco, o que em última instância busca colocar em cheque o próprio poder central.

Referências bibliográficas

- BARCELLOS, Tanya M. de, OLIVEIRA, Naia. **Ensaio da FEE**. Porto Alegre: 1998. v.19, n.1.
- BEYHAUT, Gustavo. **Caldeirão Cultural**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina. p. 15-16.
- COSTA, Rogério Haesbaert. **RS Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- ESTRELA DO SUL. Alegrete, ano 1, nº 2, mar. 1843.
- FLORES, Moacyr. **Reduções Jesuíticas dos Guaranis**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. (Coleção História; 17).
- FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na república velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Panorama sócio-cultural da fronteira Brasil-Uruguai**. Verso e Reverso, 1992.
- ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul: (1833-1834)**. 2.ed. Trad.: Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2000. (Cadernos do Núcleo de Estudos Históricos Lingüísticos).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. (Série Revisão, 1).
- PONT, Raul. **Campos Realengos: Formação da Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Renascença, 1983. v.1.
- QUEVEDO, Júlio (org.). **Rio Grande do Sul: quatro séculos de história**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.
- _____, TAMANQUEVIS, José C. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.
- _____. **Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- RECKIZIEGEL, Ana Luiza G. S. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 2.ed. Trad.: Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997, 496 p.

SILVA, Elmar Manique da. Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890); in: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius. *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. p. 68.

SOARES, Manoel Adolpho. **URUGUAIANA: um século de história...(1843-1943)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1942. Histórico da fundação.

STROHAECKER, Tânia Marques, [et. al]. **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.